

MMFDH

em Ação



2019
2020

Expediente Institucional

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Damares Alves

Ouvidor Nacional de Direitos Humanos
Fernando César Pereira Ferreira

Secretaria Executiva
Tatiana Barbosa de Alvarenga

Secretaria Nacional de Proteção Global
Mariana de Sousa Machado Neris

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Paulo Roberto

Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
Antonio Costa

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Mauricio Jose Silva Cunha

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
Cristiane Rodrigues Britto

Secretaria Nacional da Família
Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria Nacional da Juventude
Emilly Rayanne Coelho Silva

Sumário

Apresentação	5
As Secretarias	6
Conheça as Principais Ações do Ministério Realizadas de 2019 a 2020	9
Para Mulheres	10
Direitos para Pessoas Idosas	12
Pelo Futuro de Crianças e Adolescentes	16
Proteção Global	18
Pessoas com Deficiência	20
Pelo Fortalecimento das Famílias Brasileiras	24
Promoção da Igualdade Racial	28
Para a Juventude Brasileira	30
Abrace o Marajó	32
Atuação Internacional	34
Disque 100 e Ligue 180	36
Consultoria Jurídica	38

APRESENTAÇÃO

Em dois anos de gestão do governo do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) cumpriu o seu papel e voltou o olhar para as populações mais vulneráveis. Mulheres, crianças e adolescentes, idosos, comunidades tradicionais e muitos outros entre os que mais precisam foram beneficiados com ações, projetos e iniciativas que fortaleceram e garantiram direitos humanos em todo o país.

Nos últimos dois anos, o ministério somou orçamento de R\$ 1.462.632.614, sendo R\$ 610.446.878 autorizado em 2019 e R\$ 852.185.73 em 2020, isto é, um aumento de quase 40% de um ano para o outro. Esse orçamento contabiliza as chamadas despesas obrigatórias, isto é, para pagamento de pessoal e benefícios, e a reserva de contingência, aplicada pelo Ministério da Economia para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Quando analisadas apenas as ações finalísticas e de manutenção da Pasta, o MMFDH tem orçamento de R\$ 641 milhões autorizados para ações que impactam diretamente na vida dos mais vulneráveis no país. A execução foi de 98%. Em 2019, a execução atingiu 92,99%.

O orçamento deste ano para esse tipo de iniciativa é 60% maior do que o autorizado em 2019. No ano passado, R\$ 400,6 milhões foram destinados para políticas públicas efetivas da Pasta.

Ações finalísticas são aquelas que resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, ou seja, que atendem a necessidades da população. Os números também incluem recursos para administração e manutenção da Pasta.

O MMFDH ESTÁ ESTRUTURADO EM OITO UNIDADES FINALÍSTICAS:

- Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG);
- Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD);
- Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR);
- Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI);
- Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA);
- Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM);
- Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), e;
- Secretaria Nacional da Família (SNF).

A Pasta tem em sua estrutura a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), que coordena o Disque 100 e o Ligue 180, canais de denúncias do MMFDH para violações de direitos humanos em todo o país.

Este balanço tem o objetivo de apontar as principais entregas do ministério de 2019 a 2020 para dar transparência às ações realizadas e ressaltar o trabalho realizado para os mais vulneráveis na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

AS SECRETARIAS

Para entender a maneira como o trabalho do MMFDH é realizado, nas próximas páginas estão detalhadas as secretarias finalísticas da Pastas e suas atribuições e atuações. O objetivo é apresentar as frentes em que o trabalho vem sendo realizado, sempre com políticas públicas aplicadas de maneira transversal.

A SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL

A SNPNG atua na promoção dos direitos humanos, considerando as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direito e cada no qual se inserem estes sujeitos na sociedade, considerando as particularidades dos indivíduos e grupos sociais moldados por um percurso peculiar conforme seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

A SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL

A SNPNG trabalha na promoção e defesa dos direitos humanos e na proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, como testemunhas de crimes ameaçadas de morte e população em situação de rua. Atua, ainda, em favor da ressocialização dos dependentes químicos, na coordenação da política nacional de apoio às vítimas de crimes e na elaboração de relatórios e informes em cumprimento aos compromissos decorrentes da assinatura de tratados internacionais pelo Estado brasileiro

A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A SNPIR é a unidade do MMFDH responsável pela articulação das políticas públicas voltadas à promoção e defesa de povos e comunidades tradicionais, com enfoque na política transversal, considerando as múltiplas facetas da realidade de

grupos e povos historicamente em situação de desigualdade. Também trabalha no enfrentamento às discriminações de cunho étnico-raciais.

A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

A SNPM tem a função de formular, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres, especialmente no enfrentamento à violência, e na promoção da igualdade de direitos e oportunidades para o público feminino. A promoção dos direitos das mulheres considera a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

A SNJ é responsável por formular, coordenar e articular políticas públicas para a juventude com foco especial na garantia de direitos e na capacitação para o mercado de trabalho, empreendedorismo e inovação. A Pasta promove a execução de programas e ações com a cooperação de organismos nacionais e internacionais e fomenta a implementação de políticas públicas para a juventude em âmbito municipal, distrital e estadual, considerando a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional.

SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA

A SNF formula políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção, fortalecimento e defesa da família. A Pasta trabalha as ações de forma transversal, com coordenação e articulação junto a órgãos governamentais e organizações da sociedade civil em temas como suporte à formação e desenvolvimento da família, o fortalecimento dos

vínculos familiares, a projeção econômica e social da família, a promoção do equilíbrio entre trabalho e família, a realização de projetos especiais e desafios relativos ao desenvolvimento da família e o fomento a políticas de igualdade no combate à discriminação à família.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A SNDPC coordena ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e propicia a plena inclusão desse grupo na sociedade. Entre as atividades desenvolvidas pela Pasta estão o estímulo à inclusão da proteção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência nas políticas públicas e nos programas governamentais, a coordenação de ações de prevenção e de enfrentamento de todas as formas de exploração, violência e abuso de pessoas com deficiência, e, a coordenação e supervisão de ações relativas à acessibilidade e à promoção e defesa desse público.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A SNDPI é responsável pela coordenação da Política Nacional do Idoso e de ações para promoção, garantia e defesa da pessoa idosa. A unidade do MMFDH articula, com órgãos governamentais e não governamentais, ações para a implementação de políticas para o idoso, além de formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas de promoção dos direitos dos idosos com base na perspectiva da família, no fortalecimento de vínculos familiares e na solidariedade intergeracional.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A SNDCA formula, coordena e avalia políticas e diretrizes para implementação e articulação das ações governamentais e das medidas

referentes à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. O foco da atuação da Pasta é a prevenção, a conciliação de conflitos e o enfrentamento a todas as formas de violação de direitos desse público.

A unidade ainda é responsável pela coordenação de iniciativas voltadas para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação do Plano Decenal e Planos temáticos voltados ao segmento criança e adolescente, assim como pela implementação de ações estratégicas que promovam a responsabilidade e a liberdade das famílias na criação, no cuidado e educação dos filhos menores.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A ONDH recebe, examina, encaminha e acompanha denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos e da família recebidas por meio do Disque 100 e do Ligue 180, canais de atendimentos a denúncias de violações de direitos humanos do MMFDH. Como órgão de assessoramento do ministério, a unidade ainda coordena ações com o objetivo de orientar e adotar providências para o adequado tratamento dos casos de violação de direitos humanos.





CONHEÇA AS
PRINCIPAIS AÇÕES DO
MINISTÉRIO REALIZADAS
DE 2019 A 2020

PARA MULHERES



R\$ 4,7 milhões para compra de cestas básicas



R\$ 80 milhões a serem investidos na Casa da Mulher Brasileira (CMB)



20 milhões destinados para a capacitação profissional de mulheres.

R\$ 400 mil para a capacitação de servidores que atendem mulheres com deficiência nas delegacias.



Alocados R\$ 750 mil para a implantação de espaços humanizados para mulheres em delegacias comuns.



Destinados recursos para compra de mais **20 viaturas** para a Patrulha Maria da Penha. Além de **R\$ 7,8 milhões** para equipagem das polícias Civis e Militares.



Com ações da SNPM, Minas Gerais e Santa Catarina receberão **sistemas de Monitoramento Urbano voltado para o combate à violência doméstica**.



2019

100% do orçamento de **R\$ 18,3 milhões** foi executado.

2020

De janeiro a agosto, dos **R\$ 18,3 milhões** autorizados para a Pasta, 86,16%,

Lançado o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável para otimizar oportunidades de inclusão digital e social, assegurar a participação da pessoa idosa e a melhoria da qualidade de vida.



R\$ 6,9 milhões investidos no Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável.



O Programa já contemplou **101 municípios** de **25 estados**, capacitou **191 gestores** municipais e atendeu **2.390 idosos**.



Entregues **826 computadores**



R\$ 4,4 milhões investidos em equipagem de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).

Do valor total, **R\$ 1,2 milhão** foram recursos da secretaria e **R\$ 3,2 milhões** provenientes de emendas parlamentares.



Investidos **R\$ 4,2 milhões** do Fundo Nacional do Idoso para estímulo ao turismo.



Equipados **56 conselhos de direitos da pessoa idosa** com investimento de **R\$ 5,6 milhões** de emendas parlamentares.

Entregues **51 carros 0km** para o **56 conselhos** de direitos da pessoa idosa. O investimento total foi de **R\$ 3,2 MILHÕES**



Mapeamento das ILPIs existentes no Brasil. O cadastro já conta com **3.287 instituições**, que abrigam **99.990 idosos** em todo o Brasil. Em virtude da pandemia, o Programa Solidarize-se auxiliou **500 instituições** e **18 mil** idosos com a quantia de **R\$ 5 milhões**.

Mais de **2 mil ILPIs** serão beneficiadas pelo auxílio emergencial criado pelo Governo Federal. Serão **R\$ 160 milhões** destinados para auxílio às ILPIs nesse período de pandemia. (ainda não receberam?)



Com o projeto Mesa Brasil/Sesc, a Fundação Banco do Brasil e o Pátria Voluntária foram **distribuídas cestas de alimentos aos abrigos de idosos**. A iniciativa, que também contou com o apoio das Assembleias de Deus do Ministério do Belém, de Campinas (SP), **beneficiaram 1.206 abrigos de idosos**.



A SECRETARIA AINDA

- Fechou acordo com a Defensoria Pública do Distrito Federal para formalização, parceria e cooperação mútua em ações integradas e projetos para promoção dos direitos da pessoa idosa;
- Firmou protocolo de intenções com a Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), com o objetivo de promover a melhor gestão de instituições de longa permanência e congêneres, por meio de ações de educação financeira voltadas para seus gestores;
- Produziu campanha conjunta com a Federação Nacional dos Bancos (Febraban) para combate à violência patrimonial contra idosos;
- Firmou parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o fortalecimento de iniciativas para divulgação de informações e orientações sobre as doações via imposto de renda de pessoa física e jurídica aos Fundos federal, estadual, distrital e municipais do Idoso em todo o Brasil por meio do voluntariado empreendido pelos profissionais da Contabilidade em todo o Brasil, bem como apoio aos processos de fiscalização da aplicação do dinheiro público, desenvolvimento de práticas educativas, entre outras ações;
- Recomendou junto com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos cartórios notariais e de registro do Brasil que adotem medidas preventivas para coibir a prática de abusos contra pessoas idosas, especialmente vulneráveis nesse período de pandemia do novo coronavírus; e
- Repassou R\$ 22,8 milhões a 428 fundos de direitos dos idosos, correspondendo a 21.297 doações. A medida é resultado de um trabalho de parceria com a Receita Federal para o cadastramento e regularização dos Fundos do Idoso em todo país, para recebimento das doações pela Declaração do Imposto de Renda de pessoa física.





Para erradicar a violência e garantir os direitos de crianças e adolescentes, a Secretaria Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes (SNDCA) **equipou 559 conselhos tutelares do país**. Ao todo, nesses dois anos, foram destinados **R\$ 69,4 milhões** para a iniciativa.



Além disso, de 2019 a 2020, **mais de 2,2 mil** crianças, adolescentes e familiares tiveram as suas vidas protegidas pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Ao todo, **R\$ 29,9 milhões** foram investidos para a execução do programa em **17 estados**.



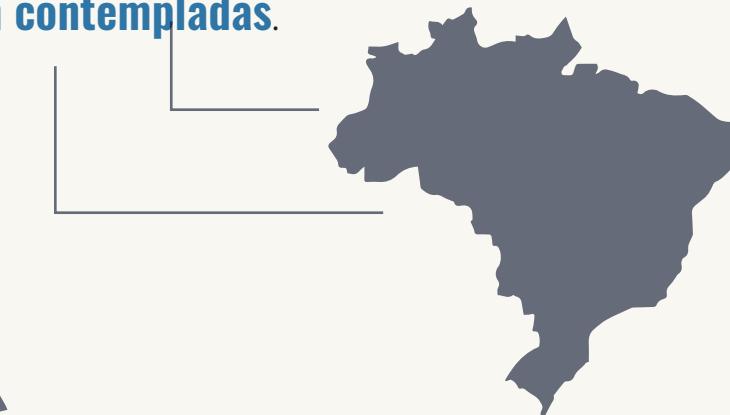
Outros **R\$ 102,4 milhões** foram destinados para a construção e adequação de unidades de atendimento socioeducativo.

Já para a elaboração do Plano Nacional sobre o Risco de Iniciação Sexual Precoce, a Secretaria contratou uma consultoria que definirá o cronograma de atividades a serem desenvolvidas para a realização de pesquisa de estratégias e metodologias exitosas na prevenção primária ao risco sexual precoce e gravidez de crianças e adolescentes, sob o enfoque das políticas públicas em direitos humanos. Cerca de 69 milhões de crianças e adolescentes devem ser “alcançados” pela política.



||||/ PROTEÇÃO GLOBAL

Em **2019 e 2020**, cerca de **R\$ 30 milhões** foram investidos no Programa Federal de Assistência e Proteção às Vítimas e Testemunhas (Provita), implementado em **15 estados** com **cerca de 511 pessoas atendidas**, e pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e Comunicadores (Provita Defensores), pelo qual aproximadamente **985 pessoas foram contempladas**.



Oferta de **18 cursos** com **201.115 inscritos** e **97.147 egressos certificados**.

Análise de **476 requerimentos individuais** apresentados à Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, todos devidamente julgados. Esses processos geraram, entre outras consequências jurídicas e administrativas, o **pagamento de 358 indenizações** no valor nominal atualizado de cerca de **225 milhões de reais**.



Instituição do Programa de Fomento à Implantação de Unidades Interligadas para **Registro Civil de Nascimento**, com objetivo de diminuir taxas de sub-registro civil de nascimento por meio do incentivo à interligação, via internet, de cartórios e maternidades. Até 2021, espera-se que haja **155 unidades interligadas** para registro civil de nascimento.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Regulamentação de normativas que estabelece critérios para a **oferta de táxi e veículos de locadoras com acessibilidade** à pessoa com deficiência, sem que haja cobrança diferenciada de tarifas ou valores adicionais (Decreto nº 9.762/2019).

Realizados **fóruns de políticas públicas** para pessoas com deficiência



Revisão e adequação dos **projetos cão-guia** e **Centros Interescolares de Línguas (CIL)**, e a análise administrativa de **40 processos** de solicitações de pensões em casos de Hanseníase, sendo **oito deferidos** e **32 indeferidos**.



A Secretaria também **atualizou o aplicativo** e o site **Guia Turismo Acessível**.



Realizada **equipagem de 40 Conselhos Municipais e Estaduais** de Direitos das Pessoas com Deficiência e **ofertado curso de Libras na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)** para mais de **50 mil pessoas**.



Em 2020, a Secretaria focou na produção de conteúdo em formato acessível com **informações sobre o coronavírus** e **orientações gerais e específicas** para cada grupo de pessoas com deficiência e com doenças raras.

Publicados atos normativos que beneficiaram mais de **300 mil pessoas** com deficiência inscritas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e cerca de 400 entidades benfeitoras que atendem a esse público.



Disponibilizados **3 cursos de ensino a distância** sobre as exigências de acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo, visando capacitar o corpo técnico do poder público de todas as esferas de governo.

Criado o **Comitê Interministerial de Doenças Raras**

para ser um órgão de consulta, de estudos e de articulação, visando estimular o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais para essa população, frequentemente invisibilizada.



Investimento de R\$ 2 milhões em capacitações que busquem a humanização no atendimento a esse público.

Em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), será realizada a criação e o desenvolvimento de um curso para preparar delegacias em todo o país ao atender pessoas com deficiências e doenças raras. Ao todo, R\$ 384,4 mil serão destinados para a capacitação de servidores de segurança pública.

Com foco também no atendimento das mulheres e meninas com deficiência, a medida é realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM).

Outros R\$ 1,1 milhão serão repassados para o projeto “Capacitação e Informação em Doenças Raras” em parceria com a universidade. O objetivo é desenvolver qualificações em doenças raras e objetos de aprendizagem (vídeos, podcasts, cartilhas, flyers, folders, e-books e infográficos) voltado às pessoas com doenças raras e seus familiares, cuidadores, profissionais das áreas relacionadas ao cuidado desse público, e demais interessados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Disponibilizados três cursos de ensino a distância sobre as exigências de acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo para capacitar o corpo técnico do poder público de todas as esferas de governo.

O investimento é de R\$ 485 mil.

Criado **Prêmio de Acessibilidade** vai promover o engajamento social na temática da acessibilidade por meio de **reconhecimento de organizações públicas e privadas** e de indivíduos que tenham notória atuação na promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência.



Uma parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Ministério da Justiça vai incentivar a **defesa de direitos de consumidores com deficiência no país**.

Outra ferramenta importante, iniciada em 2020, foi a criação do Cadastro Inclusão (CI). Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, o mecanismo buscará o desenvolvimento de plataforma pública de dados com indicadores para monitoramento das políticas públicas, voltadas à pessoa com deficiência. Para esta ação, o investimento passa dos R\$ 2,5 milhões. A primeira versão do CI estará disponível em dezembro de 2021.

Além disso foi firmada cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para extração especial e fornecimento de dados previdenciários, que servirão de insumo para o Cadastro. Para esta ação, o investimento passa de R\$ 700 mil.





Instituído o Selo Empresa Amiga da Família (Seaf). **Nove empresas receberam** o SEAF.

Publicação do estudo técnico "Suicídio e Automutilação de adolescentes e jovens na perspectiva do sentido da vida e da Família".



Executado Termo de Execução Descentralizada no valor de **R\$ 646 mil** com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para produção de curso EAD e desenhos animados.



Assinado um termo de fomento com o Instituto a Moda é Viver Caracaraí, de Roraima, no valor de **R\$ 150 mil**, no âmbito do programa Acolha a Vida.



Durante a 58ª sessão da Comissão de Desenvolvimento Social, realizada em Nova Iorque em **fevereiro de 2020**, Brasil, Estados Unidos, Hungria e Polônia lançaram formalmente a **iniciativa "Partnership for Families"** (Aliança pelas Famílias).

O MMFDH firmou com a Defensoria Pública da União (DPU) **acordo de cooperação técnica** para a realização de intercâmbio de conhecimento e a criação de programas para o **fortalecimento de vínculos familiares** de pessoas em fluxo migratório, pessoas em situação de rua e em situação de prisão.



Com o apoio ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o MRE, foi estabelecido o contato com **156 instituições filantrópicas** e religiosas, tanto no **Brasil (9)**, como na **Europa (122)**, na **América do Sul (17)**, na **América do Norte (5)** e na **Africa (3)**.



Lançado o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família. A iniciativa busca **promover as boas práticas** que efetivamente conciliem alta produtividade e tempo de qualidade com a família, envolvendo a sociedade civil, sua organização e criatividade.



Ainda houve a **criação do Observatório Nacional da Família**, um repositório de conhecimento científico que visa dar visibilidade à família.



A Secretaria assinou uma parceria com a CAPES para criação do **Programa de Bolsas de Estudos “Família e Políticas Públicas no Brasil”**. Com investimento de **R\$ 1,4 milhão**, a meta estipulada é a disponibilização aos projetos de pesquisa selecionados no edital de, ao todo, **26 bolsas de mestrado** e **24 de pós-doutorado** (sendo metade delas financiadas pela CAPES e metade pela SNF), além de recursos de custeio para projetos de pesquisa.



Criado o Programa Município Amigo da Família para incentivar os municípios a **promover ações destinadas à implementação integrada de políticas públicas familiares** que fortaleçam vínculos conjugais e intergeracionais, além de promoverem ações de fomento ao suporte social das famílias do município.

Três Organizações da Sociedade Civil (OSCs) assinaram termo de colaboração para a implantação do projeto-piloto Famílias Fortes nas regiões onde atuam. O trabalho será realizado pelo Conselho Central de Nanuque (MG), o Serviço Social Nova Jerusalém de Campinas (SP) e a Obra Social da Paróquia de Santa Cruz de Copacabana do Rio de Janeiro (RJ). Cada uma das OSCs contará com **R\$ 100 mil** para a realização de ciclos do projeto. **Serão beneficiadas 310 famílias com crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos até 2022.**

NO ÂMBITO DO FAMÍLIA FORTES AINDA FORAM REALIZADAS:

- **Formação de facilitadores para aplicação da metodologia do programa com 180 servidores municipais capacitados;**
- **Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com 21 municípios para implantação do Famílias Fortes. Serão beneficiadas 7635 famílias até 2022;**
- **Assinatura de Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal do Acre para implantação do Famílias Fortes em cinco municípios do Estado (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri e Tarauacá). Serão beneficiadas 480 famílias com crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos com investimento de R\$350 mil;**
- **Assinatura de Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul para implantação do Famílias Fortes no município de Dourados. Serão beneficiadas 450 famílias com crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos com investimentos de R\$ 350 mil;**
- **Assinatura de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Santa Catarina para produção de curso EAD de formação de facilitadores do Famílias Fortes; e**
- **Adaptação de parte do conteúdo do Famílias Fortes para veiculação nas redes sociais. Foram alcançadas aproximadamente 80.000 pessoas.**



|||| PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL



Firmados convênios com a Defensoria Pública do Estado de Tocantins, com foco na **ampliação do acesso à justiça aos mais vulneráveis** e a **promoção de boas práticas de prevenção e enfrentamento às violações de direitos**. Os convênios firmados totalizam uma transferência de pouco mais de **R\$ 1,2 milhão**.



153.204 famílias indígenas e a 69.135 famílias quilombolas foram atendidas com 401.619 cestas de alimentos. A iniciativa faz parte do eixo de Segurança Alimentar e Nutricional, com foco nas comunidades tradicionais, aportando um montante de pouco mais de **R\$ 44 milhões**.



Entrega de **600 cestas de alimentos**, em ação conjunta da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com a Cruz Vermelha, à comunidade cigana de Sousa, na Paraíba.



Incestido aproximadamente **R\$ 4,5 milhões** para **indenizações** de imóveis incidentes em territórios quilombolas declarados de interesse social, possibilitando a titulação dos territórios e o avanço na efetivação do direito constitucional de regularização fundiária dos territórios quilombolas e **beneficiando 1.636 famílias**.

Entregues **237 cisternas** em parceria com o Ministério da Cidadania. O objetivo da iniciativa é **promover o acesso à água para o consumo humano por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo** para famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.



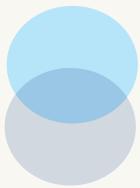


Atendimento de **3.857 famílias quilombolas** no Estado de Goiás e no semiárido (Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí e Minas Gerais) com a previsão de construção de um total de **3.857 unidades** com investimento total de **R\$ 14.229.074,91**.

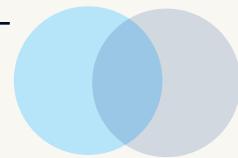


Implementação da Lei nº 12.990/2014, referente ao ingresso com cotas de até 20%, para os candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais. O projeto apresentará ainda subsídios importantes para o processo de revisão desta Lei, que deverá acontecer em 2022.

O investimento total do projeto é de **R\$ 561,3 mil**.



22 estados e o Distrito Federal aderiram ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). **89 municípios** também aderiram ao sistema. Ao todo, são **112 adesões**, número acima das expectativas iniciais para o período.



Realizado o projeto Igualdade Étnico-Racial em Foco busca dar visibilidade aos segmentos de povos e comunidades tradicionais.



Ao todo, **já foram realizadas 8 lives** com convidados que falaram sobre ancestralidade negra, comunidade quilombolas, legislação e políticas públicas étnico-racial, comunidades tradicionais, ciganos, povos ribeirinhos e povo pomerano.

Lançamento do Programa Horizontes, com foco na inclusão produtiva dos jovens, alinhada aos desafios globais impostos pela pandemia causada pelo coronavírus. A iniciativa compreende ações de fomento e desenvolvimento do empreendedorismo e inovação entre a juventude no Brasil.



Publicação de cinco editais para selecionar organizações da sociedade civil que possuam projetos na área voltados para a capacitação de jovens de 18 a 29 anos. Neste primeiro passo, os cinco chamamentos públicos foram concentrados em segmentos de jovens em alto grau de vulnerabilidade: Arquipélago do Marajó; Negros; Transexuais/travestis; Pessoas com deficiência; e, Mulheres.



Em 2020, foram emitidas mais de **912 mil carterinhas do ID Jovem**, programa que possibilita ao jovem de baixa renda o acesso a diversos **benefícios como o da meia-entrada** em eventos artístico-culturais e esportivos, e também a vagas gratuitas, ou com desconto, no sistema de transporte coletivo interestadual.



Foram recebidas **93 propostas** de todas as regiões do país até . A homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, está **previsto para 15/12/2020**. Neste primeiro momento o investimento no programa é de **R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**.

Lançado o **Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve)**. A medida tem o objetivo de elaborar e publicar de atos normativos para regulamentação das condições para utilização dos benefícios às unidades de juventude e para a formação de cadastro. **O Sinajuve recebeu mais de 60 solicitações de cadastros para adesão**.

Foi realizada a **2ª edição do Prêmio de Inovação em Políticas Públicas para a Juventude**. A iniciativa visa reconhecer e premiar experiências exitosas de inovação desenvolvidas pelas prefeituras municipais e pelo Distrito Federal. Este ano com o tema “Protagonismo Juvenil Por Meio da Inclusão Digital”. As inscrições vão até **1º de dezembro** de 2020. **A premiação será em 2021**.



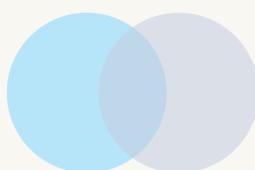
Instituído o **Programa Abrace o Marajó** por meio do
Decreto nº **10.260/2020**

|||| ABRACE O MARAJÓ



Elaboração do **Plano de Ação 2020-2023** do
Programa e a Operação Pão da Vida.

O programa busca o **desenvolvimento socioeconômico dos 16 municípios** que compõem a Ilha do Marajó (PA). As ações são uma resposta estratégica para a recuperação da dignidade humana da população marajoara.



Entrega de 96 mil cestas em todas as localidades do arquipélago. Cerca de **28,5 mil** já foram entregues. As entregas foram paralisadas durante o período eleitoral.



Entregue ao presidente da República, Jair Bolsonaro, o **Plano de Ação do Programa Abrace o Marajó 2020-2023**. O documento reúne um conjunto de compromissos concretos voltados para a **geração de empregos e promoção da melhoria da dignidade, da educação e da saúde da população da região**. Todos os detalhes consolidados até o momento foram disponibilizados em uma versão mais completa do documento, disponibilizada no site do MMFDH.

O Marajó possui cerca de **550 mil habitantes**. É o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta. Formado por cerca de **2.500 ilhas e ilhotas**, tem **potencial de desenvolvimento e crescimento**, mas, atualmente, conta com oito municípios na lista daqueles com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.





||||| ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Após encerrar o estoque de relatórios atrasados, passou-se a entregar todos os relatórios internacionais de forma tempestiva.

Desde o início de 2019, foram **entregues mais 8 relatórios internacionais, todos eles no prazo.**



A Revisão Periódica Universal (RPU), conhecida por ser o mecanismo de direitos humanos de maior importância no sistema multilateral, vem sendo tratada com empenho. **Pela primeira vez, um relatório de meio período da RPU foi entregue pelo Brasil à ONU**, reforçando a transparência e comprometimento internacionais do Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.



Foram **elaboradas oficinas sobre a RPU para os servidores do MMFDH**, resultando na apresentação do mecanismo na 38ª Reunião do Conselho de Governo e está em vias de estruturar um grupo de trabalho interministerial para acompanhar a temática de forma transversal nos diversos ministérios.



**OS ESFORÇOS EM ASSESSORAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E
PREPARAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA EVENTOS, PERMITIRAM:**

- a)** em 2019, a participação do Ministério, tendo a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como chefe das delegações do Estado brasileiro, nos seguintes fóruns e eventos internacionais: segmento de alto nível da 40^a sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); 63^a sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU;
- b)** 12^a sessão da Conferência dos Estados partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (COSP); 33^a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul; 7^a Reunião de Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO) do Mercosul; 13^a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) do Mercosul; Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude; posse do presidente do Panamá, Sr. Laurentino Cortizo; II Encontro Ministerial sobre Liberdade Religiosa, promovido pelo Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos; III Cúpula Demográfica de Budapeste; II Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros de Assuntos Sociais.
- c)** ainda em 2019, representantes do Ministério representar o Estado brasileiro nos seguintes fóruns: debate com países candidatos a assento no Conselho de Direitos Humanos (CDH); 8º Fórum de Empresas e Direitos Humanos do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) (Genebra, Suíça, novembro de 2019); Primeiro Conselho sobre Envelhecimento (Ancara, Turquia, fevereiro de 2019); 16^a Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul; e 7º Diálogo de Alto Nível Brasil – União Europeia em Direitos Humanos.
- d)** no contexto da presidência pro tempore do Brasil para o Mercosul, no segundo semestre de 2019, organizou-se os seguintes eventos de natureza internacional: 34^a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul; 8^a Reunião de Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO) do Mercosul; 13^a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) do Mercosul;
- e)** também no mesmo ano, no âmbito da presidência de turno do Brasil para o BRICS, foi organizado e realizado do 5º Fórum da Juventude;
- f)** em 2020, a participação do Ministério, tendo a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como chefe do Estado brasileiro nos seguintes fóruns e eventos internacionais: cerimônia de posse presidencial do presidente eleito da Guatemala; 14^a Conferência Regional da Mulher da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); segmento de alto nível da 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
- g)** também em 2020, representantes do Ministério representar o Estado brasileiro na Conferência de Alto Nível sobre combate à violência contra as mulheres, promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no 8º Diálogo de Alto Nível Brasil – União Europeia em Direitos Humanos.

DISQUE 100 E LIGUE 180



Em 2019, o Ligue 180 registrou um total de **1,3 milhão de atendimentos** telefônicos e **mais de 85 mil denúncias**. Já o Disque 100 recebeu **2,7 milhões de ligações em 2019**. Destas, mais de **159 mil foram registros de denúncias**. Até setembro de 2020, foram recepcionados cerca de **3 milhões de atendimentos e 202 mil denúncias** nos dois canais, originadas de todo o território nacional.

a **ONDH implementou ações para diminuir o tempo para ser atendido**. Antes das medidas, a espera poderia chegar a uma hora. Atualmente, **90% das ligações são atendidas em até 20 segundos**. O abandono de ligações **caiu de 19% em janeiro para apenas 1% em agosto de 2019**.



Unificação da operação das centrais do Disque 100 e do Ligue 180 para integrar os serviços em âmbito nacional. A iniciativa gerou uma economia média de **R\$ 29 milhões**. Os custos foram **R\$ 50 milhões** para **R\$ 21 milhões** de 2019 para 2020.



No ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, a **Ouvidoria antecipou todos os projetos que propiciavam um acesso mais seguro e- amplo dos cidadãos**, os quais foram disponibilizados ainda no primeiro semestre do corrente ano.



O serviço de atendimento agora **dispõe de site** (<https://ouvidoria.mdh.gov.br/>) **e aplicativo** (Direitos Humanos Brasil), para realização de registros eletrônicos da sua denúncia ou mesmo fazê-los via chat ou videochamadas em Libras, **que promovem a acessibilidade e a interação do denunciante** com um atendente humano.



Também foram disponibilizados o atendimento e registro de denúncias por meio de aplicativos de redes sociais, como o **Telegram** (Procurar Direitos Humanos Brasil) e o **Whatsapp (61) 99656-5008**. Também foi instaurado o atendimento por Libras em vídeos chamadas.

Acordos com órgãos do Ministério Público para a **melhoria do fluxo de encaminhamento de denúncias recebidas pelos canais** e também para o compartilhamento de informação com o objetivo de melhorar a política pública.

Nesses dois anos de gestão, também foi implementado o projeto-piloto da **Ouvidoria Itinerante**. A iniciativa **proporcionou o atendimento presencial** dos canais da Ouvidoria, no âmbito do programa Abrace o Marajó e em parceria com as Agências-Barco da Caixa Econômica Federal.



Ainda foram lançados o **Alô Vovô**, que faz o acolhimento (conversa) com o idoso solitário, fornecendo conforto e amparo, e um **canal exclusivo no Disque 100** para os médicos realizarem denúncias de violações de direitos humanos, iniciativa que integra o **Plano de Contingência para Crianças e Adolescentes**, do Governo Federal.

Em dezembro de 2020, a **ONDH lançou o Painel de Dados**

Direitos Humanos, uma ferramenta interativa com as informações sobre denúncias recebidas pelos dois canais no primeiro semestre de 2020. Também foi lançado o **Manual de Taxonomia**.

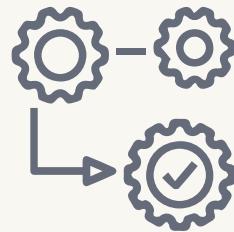


<!-- Generator: Adobe Illustrator 25.0.1,

CONSULTORIA JURÍDICA



A Consultoria Jurídica do MMFDH tem uma média de mais de **300 processos** concluídos por mês.



Mais de 7 mil processos foram concluídos nos últimos dois anos.



Em 2020, **99,05%** das demandas foram respondidas em **menos de 15 dias**.

Quanto às demandas relativas ao Covid-19, **a Conjur está na 2ª posição quanto ao indicador de produtividade** por membro do Governo Federal.





MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

